Governo diz que “52% do território está em risco de desertificação”

21 de Fevereiro, 2018

O secretário de Estado das Florestas disse ontem que 52% do território nacional está em risco de desertificação e adiantou que estão a ser desenvolvidos vários projetos, entre os quais um Observatório Contra a Desertificação, noticiou a Lusa.

“O Observatório de Luta Contra a desertificação irá permitir ter boa informação sobre os processos de evolução do ponto de vista físico, económico e social dos territórios mais desfavorecidos”, explicou o secretário de estado das Florestas e do Desenvolvimento Rural, Miguel Freitas. O governante deslocou-se a Idanha-a-Nova, no distrito de Castelo Branco, para presidir à cerimónia de adesão do município à Rede Internacional Biorregiões. “Atualmente, 52% do território nacional está em risco de desertificação”, sustentou.

Adiantou ainda que estão em desenvolvimento outros projetos, como a Dieta Mediterrânica e Paisagens Alimentares e também no âmbito da agricultura biológica associada às biorregiões. “Estas são três ideias que estamos a desenvolver e que queremos aprofundar na rede rural. Os municípios são essenciais em todo este processo, porque isto faz-se com modelos de governação territorial”, disse.

Miguel Freitas sublinhou que não existem territórios que sejam ingeríveis em Portugal ou que devem ser excluídos ao nível do desenvolvimento. “Queremos fazer de Portugal um país mais desenvolvido e que seja um todo e não apenas uma parte”, frisou.

O governante sublinhou que o desenvolvimento só é construído se conseguirmos respeitar a diversidade dos territórios. “Isso é fundamental para fazermos o caminho que queremos”, afirmou. Já em relação à limpeza das florestas, adiantou que neste momento ainda não tem uma avaliação global do que está a acontecer.

“Temos feito um enorme esforço para fazer chegar a mensagem. Todos temos que fazer o que está ao nosso alcance. Se o fizermos, certamente que o ano de 2018 será melhor do que o ano passado. O primeiro sinal que queremos dar aos proprietários e que têm de limpar o que é seu para proteger o que é seu e para proteger o que é do vizinho”, disse.

Adiantou que a avaliação será feita no final de março, mas deixou claro que, além dos proprietários, todos têm que fazer o que é preciso: o Estado e as autarquias. “O Estado através do Instituto de Conservação da Natureza e Florestas, que tem um plano em curso para limpar as matas públicas e as áreas públicas florestais, e as autarquias têm que agir quando os proprietários não limparem”, sublinhou.

Miguel Freitas acrescentou que as prioridades foram claramente definidas, sendo que há 19 áreas que em Portugal, este ano, estavam com maior perigosidade ao nível de incêndios florestais. “Definimos mais, não só ao nível do concelho, mas das freguesias e até das aldeias. Há 6.400 aldeias que estão em maior risco de incêndio”, afirmou.

Já quanto à posição dos autarcas sobre o assunto, o governante sublinhou que a mensagem que tem sido passada aos autarcas é que é preciso fazer aquilo que é possível. “Foi essa a mensagem que o primeiro-ministro passou. Se todos fizermos o que é possível quase chegaremos ao impossível”, frisou. O secretário de Estado das Florestas admitiu que haverá zonas que ficarão por limpar porque “não é possível limpar o país todo”.